

---

# Introdução. Fronteiras linguísticas ibero-ocidentais: novos métodos e novos resultados

## Introduction. Western Iberian Linguistic Borders: New Methods and Results

FERNANDO BRISSOS  
Universidade de Lisboa  
*fernando.brissos@gmail.com*

As fronteiras são um daqueles paradoxos que acompanham a existência humana: concedem espaço porque concedem limites, unem porque separam, identificam porque distinguem. Ora, se a língua também faz parte da condição humana, as fronteiras não deixam de ser decisivas no domínio dos estudos linguísticos. Não o têm sido sempre na mesma medida, porém. Se, há umas décadas, o geolinguista ocupava boa parte do seu tempo a desenhar linhas de fronteira em mapas de fenómenos linguísticos – as isoglossas –, hoje pensa mais em áreas de transição. Pode dizer-se que, de uma visão preto no branco, se tem evoluído cada vez mais para a definição de diferentes matizes de cinzento; ou, talvez mais próximo da realidade, que de uma visão *absolutista* se evoluiu para uma visão *relativista*.

Os limites não deixam, contudo, de existir, tanto no domínio interno ao sistema – há um ponto a partir do qual o fenómeno  $\alpha$  passa a  $\beta$  – como no domínio externo, cujo exemplo mais notório são as fronteiras políticas, apesar de não serem poucas as balizas eminentemente psico- ou sociológicas que regulam o uso da língua (níveis etários, estratos sociais, etc.). No domínio externo, aliás, o mundo tem sofrido recentemente, mercê da globalização e das transformações económicas e políticas paralelas, consequências de vários níveis na dinâmica social implicada pelas fronteiras. Por um lado, as fronteiras tendem a esbater-se; por outro lado, esse esbatimento pode provocar reações hipercorretivas que a geopolítica do ano de 2023 tão bem exemplifica. Claro que as línguas não passam incólumes a nada disto.

Tendo em conta que tanta coisa de importante se tem passado nas últimas décadas, quer nos estudos linguísticos quer na sociedade que os ocupa, esta secção temática procura precisamente dar voz a contributos atualizados no domínio dos estudos de fronteiras linguísticas, particularmente das que dependem de fronteiras políticas. Fazendo jus à linha editorial da *Revista Internacional de Lingüística Iberoamericana*, inclui trabalhos sobre mais do que uma língua, sobretudo o português e o castelhano. Adicionalmente, privilegia os estudos da fronteira entre Espanha e Portugal, que têm sido mais férteis em novidades, mas não deixa de estender o seu raio de ação ao continente americano. O fio condutor dos artigos é o seguinte.

Abrimos a secção com “Lenguas y variedades lingüísticas en la frontera hispano-portuguesa: historia, contacto lingüístico y vitalidad”, de Alberto Gómez Bautista, que nos fornece uma visão esquemática da disposição das diferentes variedades linguísticas (línguas, dialetos ou falares) que marcam presença na fronteira entre Espanha e Portugal. Esse esquema, que inclui o plano sincrónico mas também o diacrónico, funciona perfeitamente como introdução ao estudo das fronteiras linguísticas ibero-românicas.

Segue-se “Los informantes como lingüistas: juicios lingüísticos en la frontera España-Portugal”, de Xosé A. Álvarez Pérez, que nos permite dar um primeiro passo no sentido do *zoom* em questões específicas a que a secção temática necessariamente nos conduz. Concretamente, Xosé Álvarez estuda, a partir do rico acervo do projeto FRONTESPO – *Frontera España-Portugal: documentación lingüística y bibliográfica*<sup>1</sup>, os testemunhos e os juízos linguísticos que os falantes da *raia* (nome por que é conhecida localmente a referida fronteira) emitem sobre as paisagens linguísticas respetivas. Este trabalho, que serve de exemplo da utilidade de projetos como o FRONTESPO – uma das exceções à perda de fulgor dos estudos de fronteiras linguísticas nos tempos mais recentes –, tem igualmente a virtude de colocar o foco naqueles que de facto criam, transformam e, se for o caso, terminam as línguas: os falantes comuns, cuja opinião é, de resto, tradicionalmente omitida. Trabalhos nesta linha metodológica formam cada vez mais uma *trend* nos estudos linguísticos, e a nossa secção temática não deixa de refletir isso mesmo: seguem-se outros artigos que se inserem precisamente nessa linha.

Continuando o nosso *zoom*, o próximo artigo é um estudo de caso: “El cambio lingüístico en Herrera de Alcántara y Cedillo: representaciones y actitudes acerca del español local y de la situación sociolingüística”, de Christina Ossenkop. A autora estuda, a partir da perspetiva do falante comum e dos fenómenos que ele deixa patentes na sua linguagem, a mudança linguística naquelas duas localidades da Extremadura espanhola em que, historicamente, se fala português (embora sob a forma de variedades muito diferentes). A primeira estudiosa em profundidade dessas variedades, Conceição Vilhena, referia já na década de 1960 que

<sup>1</sup> Página *web* em <<https://www.frontespo.org/es>>.

Tanto o falar de Herrera como o de Cedillo, apesar da vitalidade que ainda possuem, são falares condenados a um rápido desaparecimento. Proibidos pela escola, abandonados pelas crianças, a sua extinção dar-se-á com o desaparecimento dos mais jovens que agora os falam, portanto dentro de um espaço que não deve ir muito além do ano 2000.<sup>2</sup>

Uma das lições que o geolinguista aprende inevitavelmente com a prática e com o tempo, porém, é que “languages and dialects die hard”. Neste caso concreto, o português, embora cada vez mais retraído, tem conseguido, durante mais tempo do que talvez seria expectável, adiar o seu fim certo em ambas as localidades. Ora, é o estudo das atitudes e representações dos falantes comuns, precisamente, o caminho a seguir para perceber por que é que as línguas e os dialetos são tão resistentes e criam um efeito surpresa para que, como se dizia, a teoria nos prepara muito menos do que a experiência.

Miroslav Valeš publica “Prestigio de *a fala de Xálima* y evolución en la actitud de sus hablantes”, em que, agora para a *fala dos três lugares* (Valverde del Fresno, Eljas e San Martín de Trevejo, no noroeste da Extremadura espanhola, na Serra de Gata), o leitor pode ver mais um exemplo válido de um estudo linguístico assente na perspetiva do falante. Ao contrário da generalidade das variedades de base galego-portuguesa faladas em território externo, a *fala* tem mantido boa vitalidade, o que, como o título do artigo de Valeš deixa perceber, depende, em grande medida, do prestígio que lhe é atribuído; e prestígio é visão subjetiva, perspetiva. Tal como Ossenkop, Valeš tem uma extensíssima experiência de trabalho nas localidades respetivas, condição essencial para captar todas as diferentes *nuances* contidas nas atitudes linguísticas dos falantes: outro fator, então, que leva a que estes estudos de caso formem um bom referencial para futuros trabalhos do mesmo âmbito temático.

De certa forma também centrado na perspetiva do falante comum da língua, embora num nível fundamentalmente implícito, o texto de Ana Belén García Benito, “Lumbrales como texto: lenguas y culturas en contacto como manifestaciones de la ecología social de la frontera”, documenta, com recurso a uma quantidade abundante de fotografias tiradas pela própria, a presença/ausência do português (e outras línguas relevantes) nos espaços públicos daquela localidade da província de Salamanca que faz fronteira com o nordeste de Portugal. A presença e a disposição das línguas nos cartazes turísticos, nas placas com os nomes das ruas e dos largos, nos sinais da estrada, nos menus dos restaurantes, etc. não são inocentes: configuram perceções, atitudes e representações linguísticas. Se uma localidade de fronteira disponibiliza esse tipo de informação na língua do país com que confina, não devemos entender a respetiva paisagem linguística da mesma forma que entendemos a de uma localidade que cria na fronteira um verdadeiro tampão geolinguístico. Sendo fácil, no entanto, perceber o interesse da linha metodológica do estudo de Ana García, a verdade é que são ainda escassíssimos (para as línguas ibero-românicas e não só) os trabalhos do tipo. Aqui

---

<sup>2</sup> Vilhena, Maria da Conceição (2000): *Falares de Herrera e Cedillo*. Mérida: Junta de Extremadura, p. 490.

temos um contributo para a supressão dessa lacuna, o qual, esperamos, poderá suscitar a prossecução de estudos análogos.

Uma fronteira nada impermeável entre português e castelhano é a que foi sendo desenhada ao longo dos séculos entre o Brasil e o Uruguai. É dessa região, em que, como vemos suceder na Península Ibérica, o português tem mais presença fora do seu espaço político do que o castelhano do seu, que se ocupa Bárbara Garrido Sánchez-Andrade em “La frontera de Artigas (Uruguay): hacia una propuesta de cómo abordar el estudio de perfiles sociolingüísticos fronterizos”. A autora propõe um modelo de perfilagem sociolingüística dos falantes da região estudada, possivelmente estendível a outras comunidades de tipo análogo (i.e. fronteiriças), apoiado quer na circunscrição direta da língua materna respetiva quer nas menos lineares escolhas linguísticas estabelecidas por cada um no dia a dia. Trata-se de uma proposta que plasma a complexidade dos quadros linguísticos fronteiriços, especialmente dos que, como no Novo Mundo, têm um povoamento muito mais recente e volátil do que o geolinguista europeu está habituado a estudar. Por isso o artigo de Garrido representa também uma atualização metodológica, i.e. uma tentativa de integração do muito que os modelos dialetológicos e sociolingüísticos tradicionais têm deixado por explicar sobre as relações linguísticas estabelecidas pelos habitantes de comunidades fronteiriças.

A secção temática termina com um trabalho que permite pôr em evidência um plano essencial da linguística, mas do qual, por ser também domínio de uma atividade que lhe é externa, o linguista é tentado a fugir: a política de língua. Em “Aproximación al estatus de la lengua y cultura barranqueñas: decisiones políticas e impulsos lingüísticos”, María Victoria Navas Sánchez-Elez e Maria Filomena Gonçalves mostram-nos o caminho que o barranquenho, variedade linguística da localidade portuguesa de Barrancos (fronteira com o sudoeste da Extremadura espanhola / noroeste da Andaluzia), tem feito tanto nos estudos linguísticos como nos meandros políticos até chegar à recente aprovação, pelo parlamento português, de uma lei que tem como objetivo promover a sua proteção e o seu reconhecimento. Esta lei, de que só existe outro paralelo num país tão homogéneo linguisticamente como Portugal (a lei n.º 7/99, de 29 de janeiro, respeitante ao mirandês), é um marco na política de língua do país e espera-se que venha a produzir efeitos não apenas no barranquenho como em outros domínios linguísticos. Um desses efeitos seria o crescente empenho dos linguistas na definição de políticas de língua; a eficiência de toda a política depende do parecer e da iniciativa dos especialistas da área sobre que ela incide e o linguista, particularmente aquele que se ocupa de variedades ameaçadas como as que se encontram frequentemente em fronteiras políticas, não deve fugir a isso. De facto, por reduzida que seja a tradição de interação das ciências sociais e humanas com a política numa perspetiva puramente científica (i.e. não comprometida ideologicamente), vemos como necessária essa ação do linguista no século XXI –mote a que o artigo de Navas & Gonçalves, no fecho desta secção temática, nos pode conduzir.

Independentemente das orientações teórico-metodológicas de cada artigo, esperamos com esta secção, acima de tudo, contribuir para o novo fôlego que se impõe nos

estudos de fronteiras geolinguísticas (românicas e não só). A sociedade transforma-se, com isso transforma a língua e não espera que o linguista esteja pronto para fazer o seu trabalho: com mais ou menos relativismo na forma como encara os limites sociais e linguísticos, o especialista não pode deixar de os encarar.

Para a confecção da secção temática foi fundamental a colaboração dos revisores científicos dos trabalhos submetidos a avaliação: Albert Wall, Celeste Rodrigues, Esperança Cardeira, Francisco Dubert-García, Gotzon Aurrekoetxea, Inés Fernández-Ordóñez, João Saramago, Josane Moreira de Oliveira, José Enrique Gargallo Gil, Juan Carrasco González, Luísa Segura, Manoel Mourivaldo Santiago de Almeida, Pilar García Mouton, Ramón de Andrés Díaz, Xosé Luís Regueira e Xulio Sousa. Deixamos-lhes o nosso sincero agradecimento, bem como ao apoio técnico-científico e à coordenação da *RILL*, nas pessoas de Johannes Kabatek, Carlota de Benito Moreno e Anne-Kathrin Distler.